

# Intervenções em Direção à Sustentabilidade do Turismo de Natureza: a Aplicabilidade das Ferramentas de Gestão do Ecoturismo nas Áreas Naturais Protegidas da Região Centro de Portugal

## Intervenciones Dirigidas a la Sustentabilidad del Turismo de Naturaleza: la Aplicabilidad de las Herramientas de Gestión del Ecoturismo en las Áreas Naturales Protegidas de la Región Centro de Portugal

## Interventions towards the sustainability of nature tourism: the application of ecotourism management tools to Natural Protected Areas of the Central Region of Portugal

Luís Henrique de Souza\*  
luisrce@click21.com.br

---

### Resumo

As Áreas Naturais Protegidas reúnem um conjunto de vocações para a prática do Ecoturismo, evidenciando a dialética entre a função intrínseca e a função utilitária dos parques. Esta questão revela preocupações que se baseiam na integridade do acervo biótico e abiótico albergado, para além das sensibilidades associadas ao tecido social das comunidades autóctones. Assim, a literatura defende uma maior relevância quanto ao papel da gestão do Ecoturismo, enumerando um conjunto de técnicas que se colocam no caminho para o alcance dos objetivos do turismo sustentável. Neste artigo, apresentamos um estudo acerca da gestão do Ecoturismo nas Áreas Naturais Protegidas da Região Centro de Portugal, com objetivo de identificar as práticas de gestão que possuem interfaces com as ferramentas analisadas na teoria. Para tanto, aplicou-se uma metodologia de estudo exploratório, mediante a coleta de dados por entrevista e observação direta. Na consecução do estudo, observou-se que os parques analisados ainda se concentram no paradigma comum da capacidade de carga, não evoluindo para outros modelos de gestão. Destaca-se, porém, o zoneamento existente nos parques investigados, com implicações na adequação da oferta de atrativos ao perfil da demanda ecoturística. Pretende-se, com este trabalho, contribuir para potencializar o desenvolvimento sustentável do turismo nos parques naturais.

**Palavras-Chave:** Áreas Naturais Protegidas - Turismo Sustentável - Ferramentas de Gestão do Ecoturismo.

### Resumen

Las Áreas Naturales Protegidas reúnen un conjunto de vocaciones para la práctica del Ecoturismo, evidenciando la dialéctica entre la función intrínseca y la función utilitaria de los parques. Esta cuestión revela preocupaciones que se basan en la integridad del acervo biótico y abiótico albergado, más allá de las sensibilidades asociadas a la trama social de las comunidades autóctonas. De este modo, la literatura defiende una mayor relevancia en relación al papel de la gestión del Ecoturismo, enumerando un conjunto de técnicas que se colocan en el camino para la consecución de los objetivos del turismo sostenible. En este artículo presentamos un estudio acerca de la gestión del Ecoturismo en las Áreas Naturales Protegidas de la Región Centro de Portugal, con el objetivo de identificar las prácticas de gestión que poseen interfaces con las herramientas analizadas en la teoría. Para ello, se aplicó una metodología de estudio exploratorio mediante la recopilación de datos por entrevista y observación directa. En la ejecución del estudio se observó que los parques analizados todavía se concentran en el paradigma común de la capacidad de carga, no evolucionando en dirección a otros modelos de gestión. Se destaca, sin embargo, el zoneamiento existente en los parques investigados, con implicaciones en la adecuación de la oferta de atracciones al perfil de la demanda ecoturística. Se pretende, con este trabajo, contribuir para potencializar el desarrollo sostenible del turismo en los parques naturales.

**Palabras Clave:** Áreas Naturales Protegidas - Turismo Sostenible - Herramientas de Gestión del Ecoturismo.

---

\* Gestor de projetos turísticos do Centro de Excelência em Turismo(CET) da UNB. Mestre em Turismo, Universidade de Aveiro, Portugal. Graduação em Turismo, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

## Abstract

The Natural Protected Areas form an ideal setting for the development of ecotourism, demonstrating the dialectic between the intrinsic and utilitarian functions of these parks. This issue reveals concerns about the integrity of the biotic and abiotic assets sheltered by these territories, in addition to the sensibilities associated with the social fabric of the autochthonous communities. Thus, the literature argues for greater importance of the role of ecotourism management, detailing a set of techniques that put tourism on the path to sustainability. This article presents a study of ecotourism management in Natural Protected Areas in the Central Region of Portugal, seeking to identify the management practices related to the tools analyzed in the theory. This study relies mainly on a methodology that includes techniques of interview and direct observation for the data collection. While carrying out this study, it was observed that the parks analyzed still remain focused on the common paradigm of carrying capacity, and that they have not evolved to other models of management. However, an important point is the existence of a zoning in the parks analyzed, a practice which has had repercussions on the adjustment of the offer of attractions to the profile of ecotourist demand. It is hoped that this paper will contribute to strengthening the development of sustainable tourism in Natural Protected Areas.

**Key words:** Natural Protected Areas - Sustainable Tourism - Ecotourism Management Tools.

## 1 Introdução

Na sua dinâmica de expansão, o turismo atua como consumidor, produtor e modificador dos espaços e das condições morfológicas e socioculturais dos destinos, assumindo um patente estereótipo desenvolvimentista, traduzido pelas marcas indelévels da transformação de realidades urbanas e rurais. A literatura da especialidade aponta, frequentemente, perspectivas otimistas referentes às bandeiras de desenvolvimento protagonizadas pela indústria do turismo. No âmbito das comunidades anfitriãs, evidenciam-se as potencialidades do turismo para gerar emprego e renda; para robustecer os multiplicadores econômicos, traduzidos pelos seus efeitos diretos, indiretos e induzidos; para revitalizar áreas públicas; para o restauro de monumentos e edifícios de valor histórico-cultural; para a construção de infra-estruturas, dentre outras. Estes impactos positivos são responsáveis por uma estreita dependência destas comunidades aos benefícios produzidos pelo turismo.

Os impactos positivos do turismo abrangem, também, os mercados emissores. As promoções de *marketing* despertam o consumo turístico antes do início da viagem. A promoção turística, amiúde, recria os destinos no sentido de formular imagens para o futuro turista, contribuindo para o despertar de uma demanda turística e conseqüente rentabilização do mercado das agências e dos operadores turísticos dos países emissores. Neste sentido, a indústria do turismo propicia um consumo territorial anterior a chegada do turista, num dado lugar. Os espaços transformam-se, antecipadamente, em imagens criadas e recriadas por agentes e operadores de viagens. Sobre isto, afirma-se:

O turismo é uma das principais avenidas pelo qual a nossa visão de mundo é formada. Isso não é apenas resultado de nossas férias mas também pela maneira como os destinos são representados pelos periódicos, pelos programas de viagem, pelos documentários, pelas brochuras e guias, promovendo e popularizando uma experiência e mudanças (MOWFORTH; MUNT, 1998, p. 7).

De igual modo, textualmente, tem-se que:

Os clichés verbal e pictorial são os mesmos, há décadas: o oceano mais azul, a areia branca, as palmeiras, a bela pele bronzeada, a pesca pitoresca e a vila na montanha, os locais vestidos de felicidade e risos, as piscinas verde turquesa, o eterno sol a brilhar, as paisagens inalteradas, [...], o mundo num sereno dia de domingo, apenas um “clip”, uma montagem de um mundo distante da realidade, [...]. Ninguém pode argumentar seriamente que as pessoas não vêem através de clichés, mas, obviamente, sempre é muito agradável ser seduzido por eles (KRIPPENDORF, 1990, p. 21-22).

Depreende-se, a partir destas citações, a existência de um espaço territorial e um amálgama sociocultural dotados de recursos inesgotáveis enquanto imagem. A ilimitada produção de imagens, trasladada no espaço e no tempo, contribui para a construção de um sentimento de usufruto extensivo dos recursos dos destinos, relativizando, simultaneamente, o turismo como agente e sujeito de processos de mudança cada vez mais acelerados. Concomitante a esta questão, a propensão ao consumo que bem caracteriza as sociedades urbanas resulta na disseminação de um turismo massivo, o qual desde os anos de 1950 tem produzido impactos negativos de ordem socioambiental nos destinos turísticos.

Por esta lógica, quando se concretiza o encontro da demanda e da oferta turística, tem-se a combustão para a quebra do equilíbrio ambiental e sociocultural dos destinos. Com raras exceções, a extensividade do uso dos recursos naturais e não-naturais, para além dos limites das suas intrínsecas capacidades de carga, revelou a fragilidade do capital turístico na absorção da pressão da demanda. De igual modo, o saber consuetudinário das comunidades autóctones, e seus específicos modos de vida são apropriados como “atrativo” pelo turismo, e, neste domínio, observa-se uma interface conflituosa entre visitantes e visitados, doravante a existência de pólos dissonantes, definidos por um lado, pela interpretação e representação da experiência dos visitantes e da pressão da indústria turística e, por outro, pelos objetivos dos visitados, mormente voltados à manutenção de seus padrões culturais. Assim, o turismo resulta em externalidades negativas para as áreas receptoras, com repercussões que podem abreviar o ciclo de vida do turismo nestes destinos, levando-os para o declínio de forma precoce.

Estas preocupações assumem uma maior relevância no âmbito do turismo praticado nas Áreas Naturais Protegidas (ANP's). Estes territórios abrigam bens de valor universal, muitas vezes com ocorrências de fenômenos ou de manifestações da natureza considerados únicos. Sob estas condições, amplia-se a imagem de “santuário” das ANP'S, uma vez que estes espaços estão associados aos últimos resquícios de “tesouros” biofísicos da Terra. No entanto, esta imagem tem representado a força motriz atrativa de fluxos turísticos que proporcionam múltiplas possibilidades de desenvolvimento ao parque e à comunidade local, designadamente rural. Diversos autores (FIGUEIREDO, 2003; FENNEL, 1999; BOO, 2002) corroboram com a vocação turística das ANP's e, nesta perspectiva, emerge a questão paradoxal que envolve a prática do turismo nos parques: existe compatibilidade entre a proteção da natureza e a prática do turismo nas áreas naturais? Uma vez que os espaços classificados e dotados de aparato legal à proteção devem tornar-se imunes à exploração e à degradação, como os parques devem posicionar-se face ao turismo e ao seu perfil consumista de recursos naturais?

A partir destas questões, emerge a necessidade de adequar os parques aos princípios e premissas do ecoturismo, redesenhando um modelo de desenvolvimento balizado pela sustentabilidade. De acordo com a literatura (BOO, 2002; DIAMANTIS, 1999; FENNEL, 1999; WEARING; NEIL, 2001) o ecoturismo corresponde a uma prática responsável para o turismo de natureza com objetivos pautados na conciliação das seguintes dimensões fundamentais: (a) Contribuir para a conservação do meio ambiente, através da diminuição dos impactos negativos e aplicação das receitas obtidas com a atividade nos programas de conservação ambiental; (b) ampliar a auto-estima dos residentes locais a partir da valorização de seus saberes, tradições e modos de vida; (c) potencializar os benefícios econômicos para a população local, incentivando o empreendedorismo; (d) promover educação ambiental e capacitações associadas ao ecodesenvolvimento; (e) oferecer uma experiência rica em conhecimentos à procura turística.

Por seu turno, para que o ecoturismo compatibilize conservação e benefícios econômicos, o parque deve ser administrado, supervisionado e controlado rigorosamente, para além da manutenção da prática ética que faça ecoar as vozes do modelo de desenvolvimento sustentável frente às pressões dos modelos pautados no antropocentrismo. O ecoturismo é, muitas vezes, operado em locais de baixa resiliência onde qualquer nível de intervenção humana ocasiona

impactos negativos aos ecossistemas e à biodiversidade da ANP. A ausência de uma gestão do ecoturismo pode lesionar de forma irreversível a integridade dos sistemas bióticos e abióticos destas áreas e, de igual modo, provocar impactos negativos no tecido sociocultural das comunidades locais.

Neste âmbito, confirma-se a necessidade de intervenções científicas para a condução de um ecoturismo fortemente enraizado aos seus princípios e componentes fundamentais. As ANP's, ao serem dotadas de um corpo técnico especializado e uma vocação própria para a realização do ecoturismo, figuram como vetores essenciais à integração do turismo ao ambiente, em sinergia com a componente territorial e seu tecido social, numa perspectiva de desenvolvimento local. Considerando-se a potencialidade dos impactos negativos à esteira do turismo, evoca-se a relevância de uma gestão efetiva face ao desenvolvimento da atividade nos espaços naturais. Face a esta problemática, a literatura da especialidade apresenta um conjunto de ferramentas de gestão do ecoturismo com registros de aplicação prática em diversos parques em todo o mundo. As ferramentas de gestão do ecoturismo, em suas bases conceituais, configuram-se como evoluções do conceito de Capacidade de Carga, desenvolvido nos Estados Unidos a partir dos anos de 1950. O cerne da Capacidade de Carga dirigia-se ao estabelecimento de um número pelo qual ocorreria o controle da recreação ao ar livre.

No entanto, a Capacidade de Carga revelou algumas restrições e limitações à complexidade associada ao turismo, propiciando um fértil terreno para a realização de investigações que resultaram em novas ferramentas para gerir a atividade turística em áreas naturais. As emergentes ferramentas possuíam um maior aporte científico e veiculavam objetivos pautados na promoção do manejo do ecoturismo em áreas naturais. Os contributos destas ferramentas incidem sobre o processo decisório a intervir na satisfação da experiência da visita turística paralelamente à minimização dos impactos negativos aos recursos naturais e socioculturais das ANP's. A literatura da especialidade apresenta um vasto espectro de descrições destas ferramentas. Os tópicos seguintes realizam uma síntese sobre estes principais registros, notadamente, a Capacidade de Carga, o ROS (*Recreational Opportunity Spectrum*), o LAC (*Limit of Acceptable Change*), o VIM (*Visit Impact Management*), o ECOS (*Ecotourism Opportunity Spectrum*)<sup>1</sup>.

A gestão da atividade turística em ANP's é intrinsecamente complexa, com inúmeras vertentes a serem consideradas, apresentando-se interfaces com os aspectos ambientais, sociais, políticos e econômicos representativos de cada localidade. Perante o exposto, este artigo procura identificar, no âmbito das ANP's estudadas, práticas de gestão correntes, as quais possuem interfaces com as ferramentas analisadas e, nesse contexto, contribuir para que seus gestores possam identificar a ferramenta adequada à realidade do parque. A matéria-prima, com vista à construção destes resultados, partirá da própria experiência e sensibilidade destes gestores, uma vez que representam informantes qualificados e conhecedores das suas realidades locais.

## **2 Ferramentas para a Gestão do Ecoturismo: os Conceitos de Capacidade de Carga, Espectro de Oportunidade de Recreação e Limites de Mudança Aceitáveis**

### **2.1 A Capacidade de Carga (CC)**

A Capacidade de Carga (CC) não é um conceito exclusivo do turismo e dos seus efeitos no meio ambiente e no tecido social dos destinos. O termo é um empréstimo da ecologia e das investigações no âmbito da vida selvagem, cujos estudos iniciais se dedicavam à noção do quanto os animais poderiam sobreviver em limitadas faixas de condições físicas (McCOOL; LIME, 2001). A evolução dos estudos relativos à CC ecológica revelou que o crescimento populacional

de espécies é dependente de uma variedade de fatores ambientais, os quais se apresentam em contínuo dinamismo. Assim, a determinação de uma CC exata é algo impossível (McCOOL; LIME, 2001). Ao mesmo tempo em que a sustentação das teorias da CC aplicadas à Ecologia recebiam um número significativo de críticas, os seus conceitos recebiam uma repaginação no campo do Turismo.

Stankey (1991 apud WEARING; NEIL, 2001), defende que as questões relativas à determinação da capacidade dos recursos naturais, com ênfase no grau de uso que o meio ambiente pode enfrentar, seduziu diversos investigadores que se debruçaram em traduzir o conceito de capacidade ecológica para a gestão do turismo e recreação em áreas naturais. Após 1950, devido ao aumento da procura por recreação nos parques americanos, os estudos voltaram com maior vigor, sendo patrocinados, na sua maioria, pelo *United States Forest Service* (USFS). Segundo Fennel, Butler e Boyd (2004), as produções da literatura sobre a CC representam estudos de funcionários desta instituição americana, com destaque para Driver, Hendee, Lime, Stankey e Wagar.

Importa, também, destacar que os primeiros resultados dos estudos sobre a CC aplicada ao turismo atravessaram o conhecimento periférico dos fatores biológicos do meio ambiente e incorporaram os fatores sociais da experiência da visita. Neste aspecto, Wagar (1981 apud FENNEL, BUTLER; BOYD, 2004) teoriza que os estudos sobre a CC em recreação poderiam ser, em contrapartida, definidos em termos da Ecologia e deterioração das áreas, contudo, sob o ponto de vista do uso dos recursos, tornou-se óbvia a evolução para a consideração dos valores e comportamentos humanos. McCool e Lime (2001) apontam, nos trabalhos de Wagar, uma ênfase nas motivações dos turistas e as suas diferentes formas de conduta nos parques, suscitando a hipótese quanto à existência de inter-relações entre o nível do uso recreativo e os resultados alcançados com a experiência da visita. Fennel, Butler e Boyd (2004) sublinham a associação entre capacidade de carga e multidão, existente nos trabalhos de Wagar, revelando que o excesso de pessoas no parque encontrava-se na origem da insatisfação perante à visita.

Nos anos de 1980, os conceitos de capacidade de carga haviam evoluído para a consideração de quatro vertentes principais, designadamente: a capacidade de carga **ecológica**, a capacidade de carga **social**, a capacidade **física** e a capacidade relativa às **facilidades** (WEARING; NEIL, 2001; McCOOL; LIME, 2001; FENNEL; BUTLER; BOYD, 2004). A **capacidade ecológica** relaciona-se com a resiliência do meio ambiente; **a social** refere-se ao número de visitantes abaixo do qual se mantém a qualidade da experiência da visita; a **capacidade física e de facilidades** retratam o dimensionamento físico das áreas para a prática de atividades específicas e infra-estruturas, como *camping*, estacionamento, centro de interpretação, etc.

Na continuidade da investigação sobre o tema, tornava-se patente que a existência de um número máximo indicador do contingente de pessoas a visitarem o parque num dado período, não é, por si, suficiente para garantir o mínimo impacto, o que culminou com o surgimento de um criticismo e um desencanto em torno do método. Muitos autores levantaram a bandeira da necessidade de um maior rigor científico nesta matéria com formulações mais realísticas, uma vez que os exemplos práticos evidenciavam uma dificuldade intrínseca ao método para a determinação do “quanto que é muito” (LINDBERG; McCOOL; STANKEY, 1997).

Em linhas gerais, as lacunas apontadas na capacidade de carga podem ser resumidas pelos seguintes parâmetros, conforme exposto em Lindberg, McCool e Stankey (1997): Em **primeiro** plano, os autores formulam que a capacidade de carga é limitada para explicar níveis de satisfação entre os visitantes; uma **segunda** limitação diz respeito à percepção da objetividade da ferramenta, não verificada em termos práticos, uma vez que os seus critérios são considerados bastante subjetivos; **terceiro**, a CC tipicamente mantém foco no número de visitantes e nesse aspecto aparenta uma abordagem mais eficiente em virtude da facilidade de se gerir um número

do que gerir as condições do parque. Ainda nos anos de 1980, o conceito de capacidade de carga migrou do seu aspecto quantitativo (determinar o limite do número de usuários no parque acima do qual os recursos estão comprometidos) para a gestão dos recursos, procurando conciliar a expectativa e preferências dos usuários. Dessa forma, afirma-se que a determinação do número da CC não tem sentido se não for contextualizado numa perspectiva de gestão.

A CC, embora bombardeada por críticas e limitações, representou a abertura para os novos horizontes em gestão de ANP's e, principalmente, não se pode descartar o nível de aplicação dessa técnica em muitos espaços naturais, a exemplo de destinos localizados em ilhas, onde se tem um controle mais efetivo dos fluxos turísticos. Gerir um número não significa necessariamente manter-se à periferia da problemática. Gestores comprometidos e visitantes conscientes podem trazer benefícios à ferramenta. A sua utilização, como única ferramenta, enceta um risco igualmente existente em qualquer das ferramentas que se apresentam na continuidade deste trabalho, uma vez que os riscos são inerentes à maioria dos processos decisórios.

## 2.2 A Ferramenta ROS – *Recreational Opportunity Spectrum*

As múltiplas características dos espaços existentes no interior das áreas naturais protegidas e as suas variantes de resiliência estão na origem da formulação da ferramenta *Recreational Opportunity Spectrum* (ROS). Territórios representados por ecossistemas diversos, por biodiversidade e sua coleção de espécies endêmicas, pelas formações geológicas e espeleológicas singulares e por um número variado de acidentes geográficos protagonizam sensibilidades distintas à intervenção humana. Neste aspecto, a manutenção da base dos recursos naturais, sujeitos às pressões da procura turística, reflete-se em mecanismos específicos de gestão, no sentido de conciliar as necessidades de conservação à experiência solicitada pelos visitantes. O ROS atua no sentido de promover uma diversidade recreativa, através de um conjunto de “oportunidades” para os visitantes do parque. Assim, figura o termo “espectro” que batiza a ferramenta, onde a área protegida se apresenta aos visitantes sob múltiplas oportunidades de recreação, com impactos diretos à satisfação dos desejos e das experiências procuradas pelos visitantes.

Conforme Moore et al. (2003) e Geldenhuys (2004), a concepção inicial do ROS remonta aos anos de 1970 e foi desenhada pelos cientistas Clark e Stankey do USFS. Conceitualmente, estes cientistas enumeraram 3 princípios que regem o zoneamento ROS; **primeiro**, a qualidade dos atrativos naturais como cenários, vegetação, paisagens e outros atributos biofísicos; **segundo**, a qualidade do uso recreativo, tais como os níveis e tipos de uso, os quais constituem o conjuntos dos fatores sociais; e **terceiro**, as condições derivadas do modelo de gestão, incluindo-se o desenvolvimento de facilidades, o patrulhamento, as estradas e os regulamentos (CLARK; STANKEY, 1979 apud GELDENHUYS, 2004). Assim, o ROS produziu um espectro formado por seis níveis de zoneamento, os quais promovem a satisfação dos visitantes e as suas atividades preferenciais nos parques. O Quadro 1 apresenta as zonas do ROS.

As zonas propostas pelo ROS obedecem a um *continuum* que se baseia no progressivo aumento da intensidade de uso em correspondência aos princípios biofísicos, sociais e de gestão (atributos ROS). A partir deste pressuposto, tem-se que os atributos biofísicos são em maior intensidade nas zonas primitivas, diminuindo até às zonas urbanas do espectro, enquanto que os fatores sociais e a intensidade de gestão aumentam no sentido das zonas primitivas às zonas urbanas.

O conceito chave de “oportunidade” de recreação em parques, traduzido pelo ROS, seria estendido ao ecoturismo por Boyd e Butler em 1996, dada a emergência desta prática nos dias atuais. Batizada pelos autores por ECOS - *Ecotourism Opportunity Spectrum*, a ferramenta consiste numa adaptação para o ecoturismo do ROS, com o objetivo de realçar a necessária e imprescindível gestão da atividade. Segundo Boyd e Butler (1996), a ferramenta ECOS apresenta 8 (oito) fatores principais associados ao ecoturismo: (1) acessibilidade; (2) atrações oferecidas;

(3) infra-estrutura; (4) interações sociais; (5) níveis de habilidade e conhecimento do turista; (6) aceitação de impactos; (7) relações entre ecoturismo e outros usos do recurso; (8) o tipo de gestão necessária para garantir a viabilidade das áreas num longo prazo. No desenho desses fatores, o 8º relaciona-se com as inter-relações entre a gestão da atividade e os demais atores da região, enquanto os fatores de 1 a 7 se relacionam com o espectro de oportunidade do ecoturismo, através da tipologia desenvolvida por Fernie, o qual distribui os ecoturistas nas classes **Eco-especialista**, **Intermediário** e **Eco-generalista**.

<b>Primitivo:</b> área de grandes extensões caracterizada pelo aspecto inalterado do meio ambiente. Evidências de visitantes são mínimas, mas também a interação entre eles. O nível de gestão é muito baixo. A gestão da área essencialmente é direcionada para que o sítio permaneça livre da presença humana;
<b>Semi-primitivo não motorizado:</b> área de extensão moderada a grande, caracterizada, também, pelo aspecto inalterado do meio ambiente e por um predomínio de uma baixa interação entre usuários. Porém, já se evidenciam visitantes com mais frequência. A gestão da área registra níveis de restrições e controles e, conforme a zona primitiva, não é possível o tráfego de veículos motorizados;
<b>Semi-primitivo motorizado:</b> semelhante ao anterior, porém o uso de veículos motorizados é permitido;
<b>Natural:</b> predominantemente inalterada com registros frequentes de presença humana. Interações entre usuários são de baixa a moderada. Modificação dos recursos e utilizações práticas são evidentes porém em harmonia com o meio ambiente natural;
<b>Rural:</b> zona caracterizada por modificações substanciais ao meio ambiente natural. Modificação dos recursos e utilização prática são próprios para as atividades recreativas. A presença humana é prontamente evidente e as interações entre visitantes são, frequentemente, de moderado a alto. Um considerável número de facilidades é próprio para uma intensa utilização. Facilidades para veículos e parques de estacionamento estão disponíveis;
<b>Urbano:</b> área caracterizada por um meio ambiente urbanizado. Modificação dos recursos e utilização prática são próprios para as atividades recreativas. Há bastantes infra-estruturas e gestão visíveis. A presença humana é predominante e em número elevado, tanto no parque como no seu entorno. Facilidades para veículos com trânsito massivo são oferecidas.

Quadro 1: Zoneamento turístico previsto pelo ROS para as áreas naturais protegidas.

Fonte: Moscardo et al. (2004); Moore (1994).

Para Fernie (1993 apud BOYD; BUTLER, 1996), os **Eco-especialistas** são os ecoturistas que praticam a atividade de forma individual, ou em pequenos grupos, e se inserem no meio ambiente natural e cultural, requerendo um mínimo de infra-estrutura e, geralmente, provocando impactos mínimos ao meio ambiente. Desejam obter um contato próximo e duradouro com os habitantes locais e, frequentemente, possuem conhecimentos especializados. Os **Eco-generalistas** estão normalmente integrados em grupos numerosos e, normalmente, utilizam pacotes ecoturísticos, sem renunciar ao conforto, requerendo uma infra-estrutura turística. Como resultado, podem provocar impactos negativos às comunidades anfitriãs e ao meio ambiente. Num meio-termo entre estes dois pólos do espectro situa-se o **Intermediário**, caracterizado por viajar em pequenos grupos e utiliza os transportes, serviços e infra-estrutura locais, contudo, sente-se preso ao pré-arranjo dos serviços turísticos. Deste modo, o Quadro 2 ilustra as variações dos fatores ao longo do ECOS.

A utilização da ferramenta ECOS, em conjunto com o ROS, aponta para a possibilidade de utilização de estratégias de *marketing* pelos gestores dos parques. A fórmula consiste em identificar a oferta de atrativos do parque e estruturá-la para atrair os segmentos ou nichos de mercado de demanda turística que se identificam com esta oferta. Segundo Kastenholtz (2005, p.24), o alcance da sustentabilidade passa também por implicações de *marketing* o qual deve “contribuir para uma eficaz gestão da demanda no sentido de atrair os turistas que mais valorizam o que o destino tem para oferecer.” Neste aspecto, a descoberta de nichos de mercado, os quais apresentam uma maior sensibilidade à temática ambiental e cultural, pode configurar maiores sucessos para a conservação do meio ambiente das ANP’s visitadas. Assim, traduzindo-se essa questão, a ação do *Marketing* na concretização dos objetivos da sustentabilidade em ANP’s passa pela gestão dos fluxos turísticos e estabelecimento de estratégias e programas para balancear a eterna triangulação entre a demanda turística, recursos da destinação e residentes locais.

Nessa acepção, uma das estratégias de *marketing* com efeito positivo na sustentabilidade é a segmentação, apontada como uma ferramenta eficaz na gestão de *marketing* de destinos

turísticos. Diversos autores (KASTENHOLZ, 2005; DINAN; SARGEANT, 2000; MIDDLETON, 1998) apontam para a necessidade do conhecimento do perfil do público-alvo para a elaboração de produtos turísticos. Associando-se estes pressupostos ao ECOS e ao ROS, o zoneamento da ANP, com vistas à conciliação da conservação com a experiência da visita, passa pela segmentação dos visitantes em conciliação com as atividades que podem ser desenvolvidas nas zonas definidas no ROS. Como ilustração, ANP's que apresentam uma oferta de espécies da avifauna podem estabelecer uma estratégia de posicionamento perante mercados emissores interessados no *birdwatching* (atividade muito apreciada por ingleses e povos da Europa do Norte, além de cientistas espalhados pelo mundo). Em seguida, adotar uma adequada promoção para atrair este segmento para a visita à ANP.

Por fim, destaca-se que a ferramenta ECOS utiliza uma abordagem holística na tomada de decisão, uma vez que requer a participação de um leque de atores, notadamente, a indústria do turismo, as comunidades locais e as agências públicas e privadas, além das ONG's.

Parâmetros ECOS	Eco-especialistas	Intermediários	Eco-generalistas
<b>Atrações oferecidas: oportunidades para diferentes atividades.</b>	<i>Maior orientação aos aspectos naturais com foco na contemplação da vida selvagem.</i>	<i>Orientações para a apreciação do meio ambiente natural em trilhas.</i>	<i>Foco em aspectos culturais e urbanos.</i>
<b>Infra-estrutura.</b>	<i>Mínima e simples.</i>	<i>Acomodações rústicas, alterações em harmonia com a paisagem</i>	<i>Mais extensivas com muito conforto. Mudanças na paisagem.</i>
<b>Interações sociais entre turistas e comunidade local.</b>	<i>Evita contatos com turistas, contatos com os locais com ênfase no conhecimento cultural.</i>	<i>Deseja contato com o seu grupo de viagem, normalmente de pequena dimensão, e faz uso de guias.</i>	<i>Contatos com vários grupos de turistas. Contato com locais apenas para obtenção de serviços e artesanato.</i>
<b>Níveis de habilidade e conhecimento.</b>	<i>Profissional e extensiva. A sua habilidade permite uma maior independência. A viagem pode durar dias.</i>	<i>Extensiva a limitada. Duração da viagem sujeita a programação do guia.</i>	<i>Pouco ou nenhum conhecimento. Duração do passeio: "daytrip" ou final de semana.</i>
<b>Aceitação de impactos.</b>	<i>Não aceita impactos.</i>	<i>Impacto baixo a moderado.</i>	<i>Considerável.</i>

Quadro 2: Relação entre os fatores da ferramenta ECOS e a tipologia para ecoturistas.

Fonte: Adaptado de Boyd e Butler (1996).

### 2.3 O Método LAC – *Limit of Acceptable Change*

O método LAC foi introduzido por George Stankey, David Cole, Robert Lucas, Margaret Petersen e Sidney Frissell para o USFS, tendo sido publicado em 1985 (MITRAUD, 2003). O trabalho de investigação destes autores baseava-se na emergente necessidade de planejar as atividades recreativas em áreas naturais. Admitia-se, nesta altura, que os planos existentes para a gestão da visita nos parques revestiam-se de objetivos generalistas e superficiais e, na compreensão dos autores, era necessário o desenvolvimento de uma ferramenta que trouxesse à realidade objetivos concretos, alcançáveis e que fornecessem um conjunto de dados monitorizáveis.

O LAC revela-se como uma forma eficiente de conduzir a gestão da CC combinada à oportunidade de recreação. De acordo com Stankey e Cole (1998), a CC não possibilita uma gestão efetiva do turismo nos parques, uma vez que se debruça sobre os *inputs* do processo associados ao uso. Por outro lado, o LAC ao convergir atenções para os *outputs* do sistema de recreação nos parques, visa a experiência da visita e a qualidade ambiental desejada, estabelecendo parâmetros a serem controlados. Trata-se de uma gestão por intermédio de compromissos desenvolvidos, a partir da colaboração de todos os intervenientes interessados na atividade turística nas áreas naturais.

De forma a distinguir o LAC das ferramentas precedentes (Capacidade de Carga e ROS), Stankey e Cole (1998) registram os três principais eixos que o substanciam: (a) contém padrões



que expressam minimamente as condições aceitáveis de mudança causadas pela visita; (b) requer capacidade para monitorizar o quanto dos padrões definidos está sendo alcançado; (c) prescreve ações para a gestão dos impactos. O conceito do LAC relaciona-se com níveis de tolerância dos recursos naturais, obedecendo a uma vertente mais crítica e científica sobre o estado do ambiente e a sua resiliência face à intervenção humana. Desta forma, são estabelecidos padrões representativos para a qualidade dos recursos naturais e para as condições sociais, a serem permanentemente monitorizados. Detectando-se aproximações aos níveis críticos dos padrões estabelecidos, recorre-se à gestão no sentido de prevenir o impacto negativo ou avançar em meios que promovam a regeneração do recurso afetado.

De acordo com Wallace (2002), sabe-se que há uma estreita correlação entre o número de visitantes e os impactos negativos lançados sobre o solo, vegetação, a vida silvestre ou a própria experiência do visitante. Este autor teoriza, no entanto, que o número quantitativo da capacidade de carga não é suficiente para a definição do grau de impacto, sendo esse dependente de uma série de fatores, e.g. das variáveis ambientais como o tipo de solo, declive, tipo de vegetação e estações do ano; os fatores de motivação e comportamento dos visitantes; os meios de transporte e formas de acomodação; a eficiência dos guias; o tamanho do grupo. Tendo em conta este cenário, verifica-se uma complexidade no domínio dos impactos negativos do ecoturismo. Segundo Stankey et al. (1985 apud MOSCARDO; ORMSBY; PEARCE; FOXIEE, 2004), o LAC consiste de nove etapas, apresentadas no Quadro 3.

<b>1. Elaboração de um inventário de recursos e condições sociais;</b>
<b>2. Identificar problemas, dificuldades e preocupações</b> : essa etapa deve envolver todos os atores da área, identificando-se os valores únicos, as atrações, as oportunidades e ameaças do local;
<b>3. Identificação e descrição das atividades turísticas a serem implantadas (oportunidades de recreação):</b> considerar todos os tipos diferentes de atividades do ecoturismo no parque;
<b>4. Seleção de indicadores relativos aos recursos naturais e as condições sociais:</b> os indicadores devem ser selecionados conforme os parâmetros de gestão mais relevantes e devem relacionar-se diretamente às atividades dos visitantes que podem ser controladas.
<b>5. Especificar padrões para os recursos e indicadores sociais:</b> os padrões refletem os limites aceitáveis de mudança. Alguns impactos são inevitáveis, porém, os gestores devem estipular o quanto o impacto é aceitável antes de se proceder com alguma ação específica. Em contrapartida, existe a dificuldade de se encontrar valores para estes padrões dada a escassez de informação. Sugere-se a utilização de padrões provisórios e depois ajustá-los. Esta etapa deve envolver especialistas como ecologistas e biólogos.
<b>6. Identificação das alternativas de locação dos tipos de oportunidade:</b> conforme a base dos recursos, decidir sobre qual das atividades identificadas na etapa 3 podem ser estabelecidas.
<b>7. Identificação das ações para cada alternativa:</b> Este passo relaciona-se com o levantamento das opções que os gestores podem utilizar ao serem alcançados os níveis críticos dos padrões estabelecidos.
<b>8. Avaliação e seleção de uma alternativa preferencial</b> : com bases na manutenção da qualidade dos recursos e da experiência da visitação;
<b>9. Implementação de ações de monitorização das condições</b> : os padrões devem ser acompanhados sistematicamente e os limites aceitáveis não devem ser ultrapassados..

Quadro 3: Etapas de elaboração do método LAC.

Fonte: Moscardo et al. (2004).

Em suma, as primeiras cinco etapas orientam os gestores na identificação das relações entre as condições existentes e as condições desejadas ou aceitáveis. As quatro etapas finais relacionam-se com a implementação de padrões adequados para a monitorização, definindo os níveis de mudança considerados inaceitáveis (MOSCARDO; ORMSBY; PEARCE; FOXIEE, 2004). Um aspecto importante a assinalar nas etapas iniciais é o envolvimento dos principais *stakeholders* interessados na atividade turística no parque, principalmente durante a elaboração da etapa de identificação dos problemas, dificuldades e preocupações. De igual modo, o levantamento das oportunidades de recreação fomenta um maior robustecimento das relações entre a sociedade e a base dos recursos do parque, conforme também observado na ferramenta ROS.

Por seu turno, essa aproximação converge para o estabelecimento de indicadores que refletem a natureza das interações entre visitantes e o meio ambiente. Moscardo et al. (2004) e Drumm et al. (2004) fazem referência a existência de alguns indicadores frequentemente

incorporados no modelo LAC, representativos das condições biofísicas do ambiente natural e das condições sociais associadas aos visitantes e aos seus comportamentos. Estudos sobre o comportamento do visitante em áreas naturais protegidas representam importantes contribuições para a gestão do uso dos recursos naturais com fins recreativos.

No entanto, alguns autores consideram o LAC como ferramenta de difícil implementação. Wearing e Neil (2001) salientam que, embora o LAC ofereça mais oportunidades para a participação pública numa abordagem consensual, poucos sistemas LAC implantados obtiveram sucesso e atribui o fato à ausência de apoio político e econômico para a aplicação da ferramenta LAC. Moscardo et al. (2004) apontam para os altos custos para inventariar os recursos naturais e abordam a dificuldade dos gestores em selecionar indicadores representativos para a complexidade das condições naturais e sociais e como estes fatores influenciam a experiência da visita. Consequentemente, tem-se registrado, também, dificuldades relativas à obtenção dos padrões ou níveis aceitáveis para os indicadores.

## 2.4 A Ferramenta VIM – *Visitor Impact Management*

Desenvolvido por Fred Kuss, Alan Graefe e Jerry Vaske, em 1990, para o *National Parks and Conservation Association* – EUA, o VIM atua no sentido de promover a gestão da visita num processo dinâmico, o qual se baseia no diagnóstico de impactos e fornecimento de subsídios para a tomada de decisão (MITRAUD, 2003). Em termos gerais, considera-se que a ferramenta VIM é uma combinação do ROS e do LAC, incorporando a gestão dos recursos e da visita com a finalidade de reduzir impactos negativos. Pode-se hipotetizar que o VIM repaginou as ferramentas de gestão, conforme observado nos trabalhos de Nilsen e Taylor os quais teorizaram que para a maioria dos impactos não se pode estabelecer uma relação linear com a intensidade de uso (NILSEN; TAYLOR, 1997 apud GELDENHUYS, 2004). A relação varia com diversos outros fatores, os quais indicam limitações à aferição da capacidade de carga como instrumento de controle para as externalidades do turismo de natureza. Por este raciocínio, os autores indicam que algumas atividades praticadas pelos turistas geram impactos mais rapidamente do que outras e a forma como é realizada pode acelerar esse processo. Em suma, a depender do comportamento do visitante, um único indivíduo pode gerar mais impacto no ambiente do que um grupo numeroso.

Na base do VIM estão considerações tanto científicas como subjetivas, as quais sugerem releituras de aspectos político-legislativo e análise científica do problema (tanto na esfera ambiental como social) com maior rigor profissional (WEARING; NEIL, 2001). Para tanto, o VIM é operacional em oito etapas, conforme descrição contida no Quadro 4.

1. Identificação das mudanças inaceitáveis que ocorrem em consequência do uso pelo visitante e desenvolvimento de estratégias de gestão para manter os impactos provocados pelo visitante dentro de níveis aceitáveis;
2. Integração da gestão do impacto causado pelo visitante a processos existentes de planejamento, projeto e gestão;
3. Fundamentação da gestão do impacto causados pelo visitante no “estado da arte” do saber científico e na melhor informação situacional disponível;
4. Determinação dos objetivos de gestão que identifiquem a condição a ser alcançada para o recurso e o tipo de experiência de recreação a ser oferecida;
5. Identificação dos impactos provocados pelo visitante por meio da comparação de padrões de condições aceitáveis com indicadores chaves de impactos para horários e locais específicos;
6. Fundamentação das decisões administrativas para reduzir os impactos ou manter condições aceitáveis;
7. Conduzir os impactos da visita dentro de uma ampla variedade de técnicas e alternativas de gestão;
8. Formulação dos objetivos da gestão do visitante, incorporando uma série de níveis aceitáveis de impacto, para acomodar a diversidade de meios ambientes e oportunidades de experiência existentes em qualquer cenário natural.

Quadro 4: Etapas de operacionalização do VIM.

Fonte: Wearing e Neil (2001, p. 82-83).

De uma forma geral, a utilização na prática das ferramentas aqui analisadas deve observar a realidade de cada local e, assim, uma ou até uma combinação de aspectos de cada ferramenta podem ser utilizados pelos gestores das ANP's. Conforme observado nesta revisão da literatura, existe consenso quanto aos esforços das ferramentas LAC, ROS, VIM e ECOS em suprimir as lacunas subjacentes ao método da capacidade de carga. O que normalmente não se indica é a necessidade de adaptação das ferramentas à realidade do parque. A utilização de uma ferramenta deve ser norteadora e não prescritiva de soluções miraculosas. Multiplicar ferramentas, através da simples replicação, pode estar na origem de muitos insucessos dessas práticas.

### 3 O percurso metodológico da pesquisa

Na presente seção apresentam-se os métodos que serviram de suporte a este estudo. A princípio, realizou-se uma exploração bibliográfica de pesquisa documental, com abordagens referentes à aplicabilidade das ferramentas de gestão do ecoturismo. Em seguida, realizou-se um estudo de caso sobre o emprego das principais ferramentas de gestão do ecoturismo nas ANP's da Região Centro de Portugal<sup>2</sup>. Para a operacionalização do estudo, optou-se pelo método de **investigação descritiva**. Conforme verificado em Carmo e Ferreira (1998, p. 213), a investigação descritiva “implica estudar, compreender, e explicar a situação actual (sic) do objecto (sic) de investigação”. Também foram realizadas visitas às ANP's do Centro de Portugal com vistas a desenvolver uma observação sistemática que se propôs como um contributo adicional à interpretação da realidade em questão, de forma a aprofundar a capacidade de selecionar informação pertinente, através do permanente exercício de aguçar sentidos. Assim, a identificação das práticas e atitudes dos gestores das ANP's, investigadas em sintonia com os pressupostos das ferramentas de gestão do ecoturismo, correspondeu ao objeto desta investigação.

O instrumento de coleta de dados foi a entrevista do tipo “padronizada ou estruturada”. Tratou-se, portanto, de um instrumento capaz de delinear a concepção global da utilização das ferramentas de gestão do ecoturismo, no espaço sob intervenção da investigação e na perspectiva dos gestores das ANP's. A entrevista foi dirigida aos diretores das ANP's em análise. Posicionando-se no centro da tomada de decisão, este conjunto de informantes qualificados apresenta uma visão holística sobre as questões associadas à gestão destas áreas. As entrevistas foram realizadas nas sedes dos parques sendo conduzidas diretamente pelo autor entre janeiro de 2006 a maio de 2006. A Região Centro de Portugal alberga as seguintes ANP's: **Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE), Parque Natural do Tejo Internacional (PNTI), Reserva Natural das Berlengas (RNB), Reserva Natural da Serra da Malcata (RNSM), a Reserva Natural das Dunas de São Jacinto (RNDSJ), a Paisagem Protegida da Serra do Açor (PPSA), a Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA); Parque Natural do Douro Internacional (PNDI)**<sup>3</sup>.

Para a consecução dos objetivos do estudo, a entrevista apresentou um conjunto de questões fechadas, visando a análise das ferramentas de gestão da atividade turística. As questões exploradas versam sobre os parâmetros associados às ferramentas CC, LAC, VIM e ROS/ECOS. Assim, pela confrontação da teoria com as práticas correntes da gestão, avalia-se a pertinência destes modelos teóricos, bem como as suas operacionalizações no terreno das ANP's. Para tanto, os gestores foram inquiridos para responder a uma escala “sim/não” conforme a realização na prática dos parâmetros sugeridos. A seção 4 apresentará cada um dos parâmetros explorados.

No que respeita ao zoneamento ROS, esta investigação recorreu aos trabalhos empíricos elaborados por Wallace (2002) para a atividade ecoturística no Parque Nacional de Galápagos, no Equador. Wallace definiu um ROS categorizado pelas zonas **Rural, Recreativo/intensivo**,

*Natural/intensivo, Natural/extensivo, Semi-primitivo, Científico/intensivo.* A especialidade prática deste modelo inspirou a sua aplicação no presente estudo. Assim, foram selecionadas para a apreciação dos inquiridos 5 possibilidades de zoneamento ROS, correspondentes aos níveis *Urbano, Recreativo/intensivo, Rural, Natural/intensivo e Científico/intensivo.* (Quadro 5).

Item	Parâmetros
<b>URBANO</b>	<i>Nesta zona há bastante infra-estrutura e intervenções visíveis. A presença humana é predominante e em número elevado. Facilidades para veículos com trânsito massivo são oferecidas;</i>
<b>RECREATIVO/INTENSIVO</b>	<i>Há zonas recreativas caracterizadas por áreas com finalidades educacionais e recreativas facilmente acessíveis;</i>
<b>NATURAL/INTENSIVO</b>	<i>Há zonas de visitação caracterizadas por sítios onde a vida selvagem, o ecossistema, a história cultural ou natural são de grande valor;</i>
<b>CIENTÍFICO/PRIMITIVO</b>	<i>Há um "zoneamento científico/virgem" reservado às áreas onde o valor do ecossistema é inestimável, com severas restrições para o uso dos recursos. O acesso é permitido através de autorização antecipada e o visitante deverá ser acompanhado por guias;</i>
<b>RURAL</b>	<i>Propriedades privadas adjacentes ou internas aos parques onde se desenvolve o turismo rural.</i>

Quadro 5: Zoneamento ROS para as ANP's do Centro de Portugal

Fonte: Adaptado de Wallace (2002)

## 4 Resultados

Neste ponto, procura-se diagnosticar qual ou quais as ferramentas de gestão do turismo de natureza possui(em) interfaces com as práticas correntes da gestão do turismo nas ANP's analisadas. Conforme enunciado no capítulo da Metodologia, a entrevista apresentou um grupo de questões fechadas contendo um conjunto de parâmetros alusivos às ferramentas CC, ROS, LAC e VIM. Para efeito da análise dos dados, separam-se estes parâmetros de acordo com a ferramenta associada, conforme o que se segue.

### (a) Capacidade de Carga

Foram explorados os seguintes parâmetros:

*Foi definida uma capacidade de carga para o parque? Qual o limite diário de visitantes?  
Em caso afirmativo, este número foi definido em bases científicas?*

O controle da visitação por intermédio da capacidade de carga é realizado em 6 das 8 ANP's da Região Centro de Portugal, obtendo-se os números existentes no Quadro 6 que enumera, apenas, as ANP's que afirmaram a existência dessa restrição. É de assinalar que, apenas para a RNB, a capacidade de carga foi definida com bases científicas. No entanto, conforme relato do diretor do parque, esta capacidade de carga em períodos de alta estação é desobedecida, registrando o dobro e até mesmo o triplo de visitantes com respeito ao número permitido.

Parque	Capacidade de carga diária (nº de visitantes)
<i>RNDSJ</i>	<i>50</i>
<i>RNPA</i>	<i>60</i>
<i>PPSA</i>	<i>60</i>
<i>RNSM</i>	<i>30</i>
<i>PNTI</i>	<i>40</i>
<i>RNB</i>	<i>350</i>

Quadro 6: Capacidade de carga diária.

Fonte: Elaboração do autor.

Para as ANP's RNDSJ, RNPA, PPSA o acesso ao parque realiza-se pelo seus centros de interpretação, o que facilita o controle e procura-se, amiúde, respeitar os números designados.

Por outro lado, a RNSM e o PNTI, o número definido para a capacidade de carga nestas áreas não expressam o controle total da visitação. Tratam-se de territórios “abertos”, ou seja, não possuem “portas de entrada” específicas para os visitantes e, portanto, a capacidade de carga só pode ser atribuída para as visitas guiadas ou grupos de turistas que passam pelas sedes destas ANP’s. Uma vez que a sede destas áreas se localizam num centro urbano fora dos seus limites territoriais, torna-se ainda mais difícil o controle.

### (b) Ferramentas ROS e ECOS.

Procurou-se diagnosticar a existência de zonas com atributos específicos para a prática do ecoturismo, à semelhança do modelo de Wallace (2002), descrito na seção da Metodologia. Os parâmetros sugeridos encontram-se no Quadro 7.

Zonas ROS
<i>Há zonas recreativas caracterizadas por áreas com finalidades educacionais e recreativas facilmente acessíveis?</i>
<i>Há zonas caracterizadas por locais onde a vida selvagem, o ecossistema, a história cultural ou natural são de grande valor e são visitadas pelos turistas?</i>
<i>Há um “zoneamento científico/intensivo” reservado às áreas onde o valor do ecossistema é inestimável, com severas restrições ao uso dos recursos? O acesso é permitido através de autorização antecipada e o visitante deverá ser acompanhado por guias.</i>
<i>Há propriedades privadas no interior das ANP’s, as quais desenvolvem o Turismo Rural?</i>
<i>O parque engloba áreas urbanas contendo infra-estrutura de apoio ao turismo?</i>

Quadro 7: Zonas ROS submetidas à apreciação dos inquiridos.

Fonte: Elaboração do autor.

A partir das respostas dos inquiridos apurou-se o conjunto de possibilidades de zoneamento turístico ROS para cada uma das ANP’s analisadas, obtendo-se o Quadro 8.

	PNTI	PNSE	RNDSJ	RNB	RNPA	RNSM	PPSA	PNDI
Urbano								
Recreativo/ Intensivo								
Natural/ Intensivo								
Científico								
Rural								

Quadro 8: Registos de zoneamento ROS nas ANP’s do Centro de Portugal

Fonte: Elaboração do autor.

No balanço observado pelo Quadro 8, predomina a ocorrência do zoneamento constituído pelas possibilidades **recreativo/intensivo**, **natural/intensivo** e **científico/intensivo**, os quais são encontrados nas ANP’s RNSM, RNDSJ, PPSA, PNDI e RNPA. As variantes destas possibilidades são observadas em três situações: a **primeira**, com o registo de um **zonamento urbano** no PNSE e no PNDI. Estes parques englobam o espaço urbano de cidades de média dimensão dotadas de infra-estrutura turística; a **segunda**, refere-se ao caso do PNTI, que não possui um **zoneamento recreativo/intensivo**; e a **terceira**, caracterizada pelo PNSE que não possui um **zoneamento científico/intensivo**. O PNTI ainda não possui uma zona **recreativa/intensiva**, pela não existência de centros de interpretação e outras facilidades recreativas de fácil acesso e, portanto, concentradora de fluxos turísticos. O PNSE não apresenta zonas de visitação condicionada, sujeita a autorizações prévias e acompanhamento de guias.

Estes resultados mostram o potencial das ANP’s do Centro de Portugal para prover uma experiência turística diversificada, conforme receitua o ECOS, através da tipologia analisada na seção 2 deste artigo. Assim, os **Eco-generalistas** podem usufruir das instalações típicas das

zonas recreativas/intensivas. O **Intermediário** pode utilizar os percursos pedestres, típicos da zona **natural/intensivo**, e o **Eco-especialista** tem nas Áreas de Proteção Total uma oportunidade para a realização de pesquisas e trabalhos científicos. Em linhas gerais, o Quadro 9 descreve os sítios enquadrados nos zoneamentos definidos. Desta forma, conclui-se que a ferramenta ROS revela-se adequada para todas as ANP's analisadas e a sua implementação prática deve obedecer aos demais requisitos existentes nos Planos de Ordenamento de cada uma das áreas protegidas.

	URBANO	RECREATIVO INTENSIVO	NATURAL INTENSIVO	CIENTÍFICO
<b>PNSE</b>	Zonas urbanas envolvidas pelo parque	Torre da Serra da Estrela, percursos rodoviários, áreas de merenda, mirantes.	Rede de trilhas	-
<b>RNSM</b>	-	Zona das barragens, percursos rodoviários, áreas de merenda.	Rede de trilhas	Área de Proteção Total
<b>RNPA</b>	-	Centro de interpretação.	Trilhas e pontos de interpretação ambiental	Área de Proteção Total
<b>PPSA</b>	-	Centro de interpretação.	Trilhas e pontos de interpretação ambiental	Área de Proteção Total
<b>RNB</b>	-	Praia do Carreiro do Mosteiro	Trilhas e pontos de interpretação ambiental	Área de Proteção Total
<b>RNDSJ</b>	-	Centro de interpretação. Área de merendas.	Trilhas e pontos de interpretação ambiental	Área de Proteção Total
<b>PNTI</b>	-	-	Trilhas	Área de Proteção Total
<b>PNDI</b>	Zona urbana das cidades envolvidas pelo parque	Canyons do Rio Douro.	Trilhas e pontos de interpretação ambiental	Área de Proteção Total

Quadro 9: Descrição do zoneamento ROS para cada ANP analisada

Fonte: Elaboração do autor.

### (c) Ferramenta LAC e VIM.

À luz dos pressupostos destas ferramentas e, conforme revisão da literatura na seção 2, foram selecionados alguns parâmetros e submetidos à avaliação dos gestores, conforme o que se apresenta no Quadro 10.

Item	Parâmetros	Ferramentas
L1	Existe algum trabalho de inventário dos recursos voltados a uma melhor <b>experiência da visita</b> ao parque?	LAC
L2	São determinados objetivos que sejam voltados a melhoria da <b>experiência da visita</b> ?	LAC
L3	A determinação destes <b>objetivos</b> analisa as condições dos recursos para se especificar o tipo de recreação e atividade turística a ser oferecida?	LAC
L4	São determinados objetivos para a redução de impactos provocados pelos turistas?	VIM
L5	O sistema de trilhas adotado permite a dispersão dos visitantes?	VIM
V1	O sistema de trilhas são circulares, ou seja, oferecem a possibilidade de voltar ao ponto de partida sem repetir o percurso realizado?	VIM
V2	As trilhas dinamizam a experiência da visita através da interpretação ambiental?	VIM
V3	A gestão dos impactos da visita está baseada em premissas científicas?	VIM
V4	São determinados <b>objetivos</b> que reduzam conflitos entre turistas e população local?	VIM, LAC
V5	Os gestores do parque procuram a participação de grupos pertencentes à comunidade local ou especialistas para a discussão dos impactos provocados pelo turismo no parque?	VIM, LAC
VL1	São levantadas forças, fraquezas, ameaças e oportunidades do turismo no parque?	LAC
VL2	Os tipos de atividades turísticas desejadas estão descritos?	LAC
VL3	São selecionados indicadores de gestão da atividade turística?	VIM, LAC
VL4	São estabelecidos padrões para os indicadores de gestão do turismo?	VIM, LAC
VL5	Os indicadores de gestão do turismo são monitorizados?	VIM, LAC

Quadro 10: Parâmetros LAC e VIM avaliados junto aos gestores das ANP's

Fonte: Elaboração do autor.

Com base nos parâmetros apresentados no Quadro 10 e submetidos à apreciação dos

gestores, constroem-se os Quadros 11 e 12, verificando-se as convergências entre as práticas correntes da gestão das ANP's com os pressupostos do LAC e VIM.

	PNTI	PNSE	RNDSJ	RNB	RNPA	RNSM	PPSA	PNDI	Freq. Abs.
L1									5
L2									4
L3									1
L4									3
L5									4
VL1									0
VL2									1
VL3									0
VL4									0
VL5									0
Freq. Abs.	2	3	1	5	1	4	1	1	

Quadro 11: Convergência para o LAC.

Fonte: Elaboração do autor.

	PNTI	PNSE	RNDSJ	RNB	RNPA	RNSM	PPSA	PNDI	Freq. Abs.
V1									6
V2									4
V3									7
V4									8
V5									1
VL1									0
VL2									1
VL3									0
VL4									0
VL5									0
Freq. Abs.	4	3	3	6	3	3	3	2	

Quadro 12: Convergência para o VIM.

Fonte: Elaboração do autor.

Para o LAC, a RNB e a RNSM registram uma maior incidência de parâmetros nos seus esforços de gestão do turismo de natureza. De modo geral, a leitura do Quadro 11 permite concluir acerca de uma incidência maior de práticas da gestão, focalizadas na inventariação dos recursos, com objetivos que permitam a melhora da experiência da visitação e a descrição das atividades turísticas desejadas. (Parâmetros L1, L2 e L5 com maiores frequências de ocorrência).

Para o VIM, observa-se, a partir do Quadro 12, uma maior incidência dos seus parâmetros para a RNB e o PNTI. Entre os parâmetros VIM, verificou-se uma maior frequência de respostas positivas acerca da determinação de objetivos com vista à redução de impactos do turismo (parâmetro V1) e à oferta de infra-estruturas que atendam ao requisito do mínimo impacto sem comprometer a experiência da visitação, mediante a oferta de trilhas circulares e dotados de interpretação ambiental (parâmetros V3 e V4 com maiores frequências de ocorrência).

Entre os parâmetros comuns às ferramentas LAC e VIM, observa-se uma baixa incidência de práticas de gestão envolvendo estas variáveis, notadamente, nos itens associados à sistematização de indicadores para a monitorização do turismo e a baixa articulação entre as ANP's, comunidade local, agentes regionais e locais de desenvolvimento, autarquias e ONG's. Em termos práticos, os resultados apresentados nos Quadros 11 e 12 são elucidativos quanto à existência de um percurso a ser cumprido, com vistas à gestão da atividade turística pautada nas ferramentas LAC e VIM pelas ANP's analisadas. Apenas o PNTI, a RNB e a RNSM consolidam em seus esforços de gestão do turismo algumas das práticas associadas ao LAC e VIM.

## 5 Principais conclusões

As ferramentas de gestão aqui apresentadas sinalizam, em suma, importantes contribuições à consecução dos objetivos da sustentabilidade, os quais devem nortear o planejamento da atividade turística nas ANP's. As dinâmicas operadas pelo turismo, num ambiente de mudanças constantes, exigem um acompanhamento permanente da atividade, de forma que o turismo possa refletir nos destinos de natureza as diferentes matizes da sustentabilidade. As ferramentas de gestão do ecoturismo protagonizam um importante papel na proteção do meio ambiente albergado pelas ANP's e dos saberes e modos de vida das suas comunidades locais, ao mesmo tempo em que suscita a participação dos principais *stakeholders* interessados e envolvidos pelo turismo no desenvolvimento da atividade. Além destes elementos, as ferramentas de gestão encontram ressonância, também, nos aspectos associados à experiência da visitação, robustecendo, portanto, as componentes social e econ mica do turismo sustentável.

Examinando-se o caso das ANP's do Centro de Portugal, os dados coletados apontam para uma disseminação do controle dos fluxos turísticos por intermédio da capacidade de carga e do zoneamento ROS/ECOS. No que respeita as ferramentas LAC e VIM, este estudo apontou para o reduzido número de práticas de gestão, convergentes   operação destas ferramentas. A capacidade de carga é frequentemente utilizada e a gestão não avança em direção ao LAC ou VIM. Constatase esta afirmação mediante a inexistência de fóruns ou reuniões sistemáticas, a promover a discussão e participação da comunidade local no turismo de natureza nas ANP's estudadas. Este resultado assevera a perda de oportunidades para o desenvolvimento do turismo de natureza, onde não existe um empenho consistente face   obtenção de uma cooperação entre os agentes locais e regionais, no âmbito territorial das ANP's. Também não se verifica a sistematização de um conjunto de indicadores para a monitorização da atividade turística, os quais representam o cerne das ferramentas LAC e VIM.

A partir deste contexto, o estudo revela que a capacidade de carga para as ANP's do Centro de Portugal, embora praticada em mais da metade das áreas estudadas, não se enquadra numa perspectiva maior de gestão, considerando que a definição dos números não obedeceram a critérios científicos, refletindo apenas o paradigma comum da existência de uma base quantitativa pela qual se pressupõe controlar os impactos. De igual modo, constatou-se que o registro da visitação   parcial para duas das ANP's analisadas, onde apenas os turistas que realizam visitação guiada ou aqueles que passam pelas sedes destas áreas são computados para a capacidade de carga, e mediante esta prática, não há uma efetiva gestão dos fluxos turísticos.

Uma maior escala de aceitação das ferramentas de gestão nas ANP's do Centro de Portugal se traduz pela existência dos zoneamentos ROS/ECOS com vistas à conservação dos recursos naturais e maximização da experiência turística. Este artigo conclui que a performance da ferramenta ROS é ampliada através do estabelecimento de um espectro de oportunidades de recreação a satisfazer diferentes perfis da procura ecoturística. Desta forma, existe uma oferta de facilidades e de infra-estruturas, a exemplo dos acessos rodoviários, das áreas de merenda ao longo destes percursos, dos mirantes e dos centros de interpretação, que atendem às necessidades da demanda associada ao perfil "**Eco-generalista**" e, de igual modo, as ANP's apresentam um conjunto de trilhas, sinalizações e circuitos interpretativos que atendem ao gosto da demanda com perfil "**Intermediário**" e, por fim, existem as zonas com ecossistemas de valores inestimáveis, as quais podem ser visitadas mediante condições específicas e que atendem às necessidades do perfil "**Eco-especialista**".

Neste domínio, verificam-se importantes implicações da ferramenta ROS com o advento de estratégias de **marketing** que podem ser estruturadas de forma a aproximar o potencial da oferta turística destas ANP's com a respectiva demanda interessada em consumir esta oferta. Para ilustrar esse enquadramento, pode-se citar a presenç a de uma variedade de espécies da avifauna,



notadamente na RNB, PNTI, PPSA, RNDSJ, PNDI e PPSA, que representa uma oportunidade para o estabelecimento de uma estratégia de *marketing* com vistas à segmentação e ao posicionamento destas áreas para o *target* do *birdwatching*, o qual pertence ao perfil “eco-especialista” e “intermediário”. Subjacente a estratégia adotada, deve-se localizar este mercado-alvo e concretizar nestas ANP’s esta demanda, através da dinamização de uma cadeia de distribuição e adequação do produto ao segmento de mercado, em termos de infra-estruturas de acomodação e de apoio a este tipo de experiência turística. Outro exemplo vem do parque PNSE, cujas zonas enquadradas na tipologia natural/intensivo permite o desenvolvimento de estratégias para a captação dos adeptos aos esportes de aventura correspondente ao perfil “intermediário”.

A análise do ROS também destacou a ausência de propriedades privadas no interior das ANP’s que desenvolvam iniciativas de empreendedorismo para o turismo rural. A falta de articulação entre os gestores destas áreas e os agentes locais para as questões associadas ao turismo pode estar na origem desta lacuna, representando uma perda de oportunidade no que respeita ao potencial deste segmento turístico.

O uso das ferramentas de gestão para o turismo nas ANP’s requer um estudo aprofundado nesta matéria, sendo imprescindível determinar qual ou quais ferramentas são adequadas para a obtenção de resultados positivos. Esta lógica de organização e estruturação do turismo de natureza florescerá um amálgama de novas idéias, de vontades políticas e projetos de ancoragem econômica à luz das fileiras de investimento possíveis, colocando os destinos turísticos das ANP’s no caminho para o desenvolvimento sustentável.

## Referências

BOO, E. O planejamento turístico para áreas protegidas. In: LINDBERG, K.; HAWKINGS, D. (Org). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: SENAC, 2002. p.31-56.

BOYD, S.W.; BUTLER, R.W. Managing ecotourism: an opportunity spectrum approach. **Tourism Management**, v.17, n.8, p. 557-566, 1996. Disponível em: <www.sciencedirect.com>. Acesso em: 05 set. 2005.

CARMO, H.; FERREIRA, M. **Metodologia da investigação: guia para a auto-aprendizagem**. Lisboa: Universidade Aberta, 1998.

DIAMANTIS, D. The concept of ecotourism: evolution and trends. **Jornal of Sustainable Tourism**, v. 2, n. 3, p. 93-122, 1999.

DINAN, C.; SARGEANT, A. Social Marketing and sustainable tourism. Is there a match? **International Journal of Tourism Research**, v.2, p. 1-14, 2000.

DRUMM, A.; MOORE, A.; SOLES, A.; PATTERSON, C.; TERBORGH, J. **Desarrollo del Ecoturismo: Un manual para los profesionales de la conservación**. Arlington: The Nature Conservancy, 2004.

FENNEL, D. **Ecoturismo: an introduction**. London: Routledge, 1999.

\_\_\_\_\_.; BUTLER, R.W.; BOYD, S.W. The polar framework and its operation in an ecotourism setting. In: DIAMANTIS, D. (org). **Ecoturismo**. London: Thomson, 2004. p.110-134.

FIGUEIREDO, E. **Um Rural para viver, outro para visitar – o ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais**. Tese (Doutoramento em Ciências Aplicadas ao Meio Ambiente) – Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro, Aveiro, 2003.

GELDENHUYS, S. **Ecoturismo assessment: an overview**. In: DIAMANTIS, D., op.cit., p. 27-47. 2004.

KASTENHOLZ, E. Contributos para o marketing de destinos rurais: o caso do Norte de Portugal. **Revista Turismo e Desenvolvimento**, v.2, n.1, p.21-33, 2005.

- KRIPPENDORF, J. **The holiday makers**: understanding the impact of leisure and travel. Oxford: Heinemann, 1990.
- LINDBERG, K.; McCOOL, S.; STANKEY, G. Rethinking carrying capacity. **Annals of Tourism Research**, v. 24, n. 2, p. 461-465, 1997.
- McCOOL, S.; LIME, D. Tourism carrying capacity: tempting fantasy or useful reality? **Jornal of Sustainable Tourism**, v. 9, n. 5, p.372-388, 2001.
- MIDDLETON, V.T.C.; HAWKINGS, R. **Sustainable tourism**: a marketing perspective. Oxford: Butterworth-Heinemann, 1998.
- MITRAUD, S. Monitoramento e controle de impactos de visitação. In: **Manual de ecoturismo de base comunitária**: ferramenta para um planejamento e gestão. Brasília: WWF, 2003. p. 315-415.
- MOORE, R. **Conflicts on multi-use trails**: a survey of national park service managers., Washington: Federal Highway Administration, Report nº HWAPD94031, 1994.
- \_\_\_\_\_.; SMITH, A.; NEWSOME, D. Environmental performance reporting for natural area tourism: contributions by Visitor Impact Management frameworks and their indicators. **Jornal of Sustainable Tourism**, v. 11, n. 4, p. 348-375, 2003.
- MOSCARDO, G; ORMSBY, J; PEARCE, P; FOXIEE, J. **A Review of Research into Tourist and Recreational Uses of Protected Natural Areas**. Townsville: Great Barrier Reef Marine Park Authority, 2004. Disponível em <<http://www.gbrmpa.gov.au>>. Acesso em: 10 out. 2005.
- MOWFORTH, M.; MUNT, I. **Tourism and sustainability**: new tourism in the third world, London: Routledge, 1998.
- STANKEY, G.; COLE, D. **Historical development of limits of acceptable change**: conceptual clarifications and possible extensions, Missoula: USDA, Forest Service, Rocky Mountain Research Station. Gen. Tech. Rep. INT-GTR-371, 1998.
- WALLACE, G. Administração do visitante: lições do Parque Nacional de Gálapagos. In LINDBERG, K. e HAWKINGS, D., op.cit., p. 93-140, 2002.
- WEARING, S. e NEIL, S. **Ecoturismo**: impactos, potencialidades e possibilidades. Barueri: Manole, 2001.

## Notas

<sup>1</sup> Para além da CC, ROS, ECOS, VIM e LAC, a literatura faz referência a uma diversidade de ferramentas, como exemplo, o VAMP – *Visitor Activity Management Process*; o TOMM - *Tourism Optimisation Management Model*, sendo considerado uma extensão do LAC; e o TOS – *Tourism Opportunity Spectrum*, o qual se figura como uma adaptação do ROS (MOORE et al., 2003).

<sup>2</sup> Portugal é sub-dividido em 5 regiões: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve. Devido as limitações de tempo e recursos de pessoal e financeiros, o estudo abrangeu as ANP's da região Centro.

<sup>3</sup> Correspondência entre a nomenclatura das ANP's estudadas e a classificação da IUCN: Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE): CATEGORIA V; Parque Natural do Tejo Internacional (PNTI): CATEGORIA V; Parque Natural do Douro Internacional (PNDI): CATEGORIA V; Reserva Natural das Berlengas (RNB): CATEGORIA IV; Reserva Natural da Serra da Malcata (RNSM): CATEGORIA IV; Reserva Natural das Dunas de São Jacinto (RNSJ): CATEGORIA IV; Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA): CATEGORIA IV; Paisagem Protegida da Serra do Açor (PPSA): CATEGORIA V.